



C A P Í T U L O 4

O surgimento das favelas nas cidades brasileiras sob a perspectiva da Geografia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.059112616014>

Josué Mario de Oliveira

Especialista em Gestão de Pessoas
0009-0006-5852-3711

Robson Jeremias

Doutorando em Eng. de Produção
0000-0002-1372-8514

Luiz Alberto Nogueira Machado

Especialista em Liderança e Tecnologia 5.0
0009-0000-8171-3106

Joel Porto Alves

Doutorando em Eng. de Produção
0009-0000-9220-3371

Dircelene Teixeira do Nascimento

Mestra em Desenvolvimento Humano
0009-0002-6580-5224

Douglas Leonardo de Lima

Mestre em Eng. de Produção
0000-0002-3868-1222

Denise Normino de Oliveira

MBA Gestão Financeira
0009-0003-6546-1422

Evandro Ferigato

Mestre em Administração
0000-0003-2044-1324

Paulo Alexandre Pereira

Mestre em Eng. de Produção
0000-0002-4612-9737

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de pesquisar o surgimento das favelas nas cidades brasileiras através do olhar da Geografia, pesquisando os fatores históricos, sociais e espaciais que influenciaram a sua formação. Esta pesquisa foi exploratória, com revisão bibliográfica, caracterizando uma pesquisa qualitativa, usando como base os escritos de autores como Valladares, Milton Santos, Raquel Rolnik e Henri Lefebvre. A pesquisa busca mostrar que o processo de favelização está diretamente ligado à urbanização excludente, à falta de políticas públicas de habitação e à segregação socioespacial. As favelas, embora marcadas por infraestrutura precária e vulnerabilidade social, também são espaços de resistência, identidade cultural e organização comunitária. A abordagem geográfica permite ver as favelas como parte integrante do território urbano, demonstrando a necessidade de políticas públicas inclusivas. O artigo contribui para o debate sobre justiça territorial e reforça o papel da Geografia na construção de cidades mais equitativas.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação socioespacial, urbanização, direito à cidade.

The emergence of favelas in Brazilian cities from a geographical perspective.

ABSTRACT: This article aims to investigate the emergence of favelas in Brazilian cities through the lens of Geography, examining the historical, social, and spatial factors that influenced their formation. This research was exploratory, with a literature review, characterizing a qualitative study, using as its basis the writings of authors such as Valladares, Milton Santos, Raquel Rolnik, and Henri Lefebvre. The study seeks to show that the process of favela formation is directly linked to exclusionary urbanization, the lack of public housing policies, and socio-spatial segregation. Favelas, although marked by precarious infrastructure and social vulnerability, are also spaces of resistance, cultural identity, and community organization. The geographical approach allows us to see favelas as an integral part of urban territory, demonstrating the need for inclusive public policies. The article contributes to the debate on territorial justice and reinforces the role of Geography in building more equitable cities.

KEYWORDS: Sociospatial segregation, urbanization, right to the city.

El surgimiento de las favelas en las ciudades brasileñas desde una perspectiva geográfica.

RESUMEN: Este artículo busca investigar el surgimiento de las favelas en las ciudades brasileñas desde la perspectiva de la Geografía, examinando los factores históricos, sociales y espaciales que influyeron en su formación. Esta investigación, de carácter

exploratorio y con una revisión bibliográfica, se caracterizó por un estudio cualitativo, basándose en los escritos de autores como Valladares, Milton Santos, Raquel Rolnik y Henri Lefebvre. El estudio busca demostrar que el proceso de formación de las favelas está directamente vinculado a la urbanización excluyente, la falta de políticas públicas de vivienda y la segregación socioespacial. Las favelas, si bien se caracterizan por la precaria infraestructura y la vulnerabilidad social, también son espacios de resistencia, identidad cultural y organización comunitaria. El enfoque geográfico permite considerar las favelas como parte integral del territorio urbano, lo que demuestra la necesidad de políticas públicas inclusivas. El artículo contribuye al debate sobre la justicia territorial y refuerza el papel de la Geografía en la construcción de ciudades más equitativas.

PALABRAS CLAVE: Segregación socioespacial, urbanización, derecho a la ciudad.

INTRODUÇÃO

Segundo estudos de autores como Milton Santos, a partir do século XX, a criação das cidades no Brasil, sofreu profundas desigualdades sociais e espaciais. O surgimento das favelas é um dos fenômenos mais visíveis dessa urbanização excludente. Que, além de gerar formas de moradias precárias, demonstrou uma clara evidência da segregação socioespacial presente nas grandes cidades.

O estudo das favelas, sob a ótica da Geografia, permite compreender como o espaço urbano é produzido, apropriado e transformado por diferentes grupos sociais, revelando as contradições entre o crescimento econômico e a justiça territorial. (VALLADARES, 2005).

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o surgimento das favelas nas cidades brasileiras, destacando os fatores históricos, sociais e geográficos que contribuíram para sua formação.

A pesquisa será conduzida por meio de revisão bibliográfica, com base em autores como Milton Santos, Raquel Rolnik e Henri Lefebvre, além de dados estatísticos do IBGE e estudos de caso em áreas urbanas específicas.

A importância deste tema está na necessidade de compreender as dinâmicas territoriais que perpetuam a exclusão social e espacial, bem como refletir sobre políticas públicas que possam promover uma urbanização mais justa e inclusiva.

Segundo Valladares (2005), a favela foi construída historicamente como uma categoria social e espacial, marcada por associações com a pobreza, a informalidade e a marginalidade urbana.

Neste contexto citado por Valladares, podemos ver uma opinião que traz o entendimento de que as favelas surgiram quase que de forma intencional, gerando uma categoria social e espacial onde os pobres e os marginalizados pela sociedade podem viver, um local onde pessoas, por não conseguirem se enquadrar nos padrões de uma sociedade, são obrigadas a morar e viver. Desta forma, por serem amontoados de seres humanos e muitas vezes afastados da rotina da vida urbana das classes mais bem-sucedidas, sofrem todo tipo de situação, que vão desde a dificuldade de ter acesso aos serviços públicos até todo tipo de preconceito. Segundo Santos

[...] O espaço é um conjunto de sistemas de objetos e de ações, e é nele que se revelam as contradições da sociedade. (SANTOS, 1996, p. 51).

Milton Santos define o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações

[...] Sistemas de objetos: são os elementos materiais e técnicos que compõem o espaço, como estradas, prédios, celulares, redes elétricas. Sistemas de ações: são as práticas sociais, econômicas e políticas que dão sentido e função a esses objetos como o uso da internet, o transporte urbano, o consumo, o trabalho. (SANTOS, 1996, p. 51).

Milton Santos afirma que as contradições sociais se revelam no espaço. Isso significa que:

[...] O espaço não é neutro: ele reflete desigualdades, disputas de poder, exclusões e privilégios. Em uma sociedade desigual, o espaço também será desigualmente ocupado e estruturado. Por exemplo, bairros ricos têm infraestrutura de qualidade, enquanto periferias enfrentam carência de serviços básicos. Essa diferença materializa a contradição social. (SANTOS, 1996, p. 51).

Milton Santos propõe uma Geografia que não apenas observa, mas denuncia e propõe caminhos para uma sociedade mais justa.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo das favelas como fenômeno urbano exige uma abordagem geográfica que considere a produção do espaço, a segregação socioespacial e as relações de poder que moldam o território.

Segundo Milton Santos, o espaço geográfico é resultado da ação humana sobre o meio, sendo constantemente transformado pelas práticas sociais e econômicas. Nesse sentido, as favelas representam uma forma de produção do espaço marcada pela exclusão e pela resistência.

Milton Santos (1996) defende que o espaço urbano é resultado das ações humanas sobre o território, sendo moldado pelas relações sociais, econômicas e políticas. Para o autor, a cidade não se resume a um conjunto físico de construções, mas representa as desigualdades e contradições da sociedade que a produz.

A concepção de espaço urbano proposta por Milton Santos revela uma abordagem crítica e profundamente social da cidade. Para o autor, o espaço não é apenas um conjunto físico de construções, mas sim o resultado das ações humanas sobre o território, moldado pelas relações sociais, econômicas e políticas. Essa perspectiva permite compreender que as cidades são os reflexos das desigualdades e contradições da sociedade que as produz. Assim, a configuração urbana com suas áreas centrais bem estruturadas e periferias carentes evidencia os conflitos de classe, os interesses do capital e a exclusão sistemática de parcelas da população.

Ao reconhecer o espaço como produto social, Santos (1996) convida à reflexão sobre a responsabilidade coletiva na construção de cidades mais justas e inclusivas.

Henri Lefebvre, em sua obra *O Direito à Cidade*, argumenta que o espaço urbano deve ser apropriado por todos os cidadãos, e não apenas pelos interesses do capital. As favelas, embora marginalizadas, são expressões legítimas da luta por moradia e por pertencimento urbano.

[...] O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Ele pode apenas ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada. (LEFEBVRE, 1968, p. 100)

[...] A cidade é uma obra, uma obra de arte, que deve ser apropriada por seus habitantes. (LEFEBVRE, 1968, p. 134)

[...] O espaço urbano deve ser apropriado por todos os cidadãos, e não apenas pelos interesses do capital. (LEFEBVRE, 1968, p. 135)

Henri Lefebvre inaugura uma visão profundamente transformadora da cidade: ela não é apenas um lugar físico, mas um espaço social que deve ser vivido, recriado e apropriado coletivamente. O “direito à cidade” é, para ele, um direito à participação ativa na produção do espaço urbano — um direito à vida, à criação e à transformação.

David Harvey, ao retomar esse conceito, afirma que:

[...] O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. (HARVEY, 2012, p. 23).

Harvey radicaliza a proposta ao inserir o debate no contexto da acumulação capitalista. Para ele, a urbanização moderna é um mecanismo de absorção do excedente de capital, moldando cidades para atender aos interesses do mercado, e não das pessoas. Assim, a luta pelo direito à cidade torna-se uma luta contra a lógica neoliberal que privatiza o espaço urbano e exclui os mais pobres.

Já Raquel Rolnik, urbanista e pesquisadora brasileira, destaca que a ausência de políticas públicas de habitação e a lógica especulativa do mercado imobiliário contribuem diretamente para o crescimento das ocupações informais.

[...] O crescimento das favelas está diretamente relacionado à ausência de políticas públicas de habitação e ao modelo de urbanização que favorece os interesses do mercado imobiliário. [...] A informalidade urbana surge como uma resposta da população excluída diante da falta de acesso ao espaço formal da cidade. (ROLNIK, 1997, p. 45).

Essa citação de Raquel Rolnik é uma crítica à lógica excludente que conduz a urbanização nas grandes cidades brasileiras. Ela revela que o crescimento das favelas não é fruto de uma “desordem” espontânea. É uma consequência direta da omissão do Estado em garantir o direito à moradia digna e da priorização dos interesses do mercado imobiliário.

A Geografia Urbana, portanto, oferece ferramentas para compreender como as favelas se inserem na dinâmica das cidades, revelando as contradições entre o planejamento urbano formal e a realidade vivida por milhões de brasileiros. A análise do território, da paisagem e das redes urbanas permite identificar os fatores que perpetuam a desigualdade e apontar caminhos para uma urbanização mais inclusiva.

HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS FAVELAS

As favelas no Brasil surgem devido à ausência de políticas públicas para a promoção e financiamento de habitação popular e a concentração de renda de parte de algumas classes sociais. Estes fatores aliados a super valorização dos imóveis na cidade, causado pela lei da oferta e procura e pela especulação imobiliária, contribuíram para que uma porcentagem importante da população fossem empurradas para áreas periféricas e de difícil acesso, porque nessas áreas a moradia era mais barata, quando não era de graça, ou seja, as pessoas por não conseguirem comprar um imóvel regulamentado na cidade invadiam terrenos e áreas até impróprias para a habitação e construíam casas precárias para que pudessem ter onde habitar.

Como afirma o geógrafo Milton Santos, “a cidade é o lugar da realização da cidadania, mas também da negação da cidadania”. Essa contradição revela como o espaço urbano brasileiro, ao mesmo tempo que deveria garantir direitos, acaba por reproduzir desigualdades e marginalizar aqueles que não conseguem acessar o mercado formal de moradia.

O período pós-abolição da escravidão, em 1888, foi muito importante. Com o fim da escravidão, milhões de pessoas negras foram libertas sem qualquer tipo de respaldo do Estado, como moradia, emprego ou inclusão social. Sem acesso à terra ou à cidade formal, muitos passaram a ocupar terrenos baldios ou encostas de morros, dando início a formas precárias de habitação, que cresceram em número e formaram grandes aglomerados que a partir daí receberam o nome de favela.

Segundo Valladares (2005), o termo “favela” foi historicamente construído como uma categoria social e espacial associada à pobreza e à marginalidade, reforçando estigmas que ainda persistem na sociedade brasileira.

O termo “favela” surgiu no final do século XIX, após a Guerra de Canudos (1896–1897). Soldados que participaram do conflito foram alojados no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, e passaram a chamar o local de “Morro da Favela”, em referência a uma planta comum na região de Canudos. Com o tempo, o nome passou a designar os assentamentos informais que se multiplicavam nos morros cariocas.

“O nome do morro, explica o autor, devia-se a uma planta comum por ali, as favelas, ‘anônimas ainda na ciência – ignoradas dos sábios, conhecidas demais pelos tabaréus...’”. (EUCLIDES CUNHA, 2002).

Segundo Rolnik (1997), a favela surgiu como alternativa habitacional para os excluídos do espaço urbano formal, sendo consequência direta da ausência de políticas públicas de moradia e da exclusão social.

Durante o século XX, o êxodo rural intensificou-se com a industrialização e a promessa de melhores condições de vida nas cidades. No entanto, o crescimento urbano foi desordenado e não acompanhado por investimentos em infraestrutura e habitação. A população migrante, sem recursos para acessar o mercado formal, passou a construir suas próprias moradias em áreas não planejadas, muitas vezes em locais de risco ambiental.

Milton Santos (1996) argumenta que o espaço urbano é produto das relações sociais e econômicas, e que as favelas representam uma forma de apropriação territorial por populações excluídas do planejamento oficial das cidades.

A urbanização acelerada, aliada à especulação imobiliária e à ausência de planejamento inclusivo, consolidou o processo de favelização como uma característica estrutural das grandes cidades brasileiras. As favelas tornaram-se espaços de resistência, identidade e luta por direitos, mas também de vulnerabilidade e exclusão.

O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO

O processo de favelização é resultado direto da urbanização excludente que caracteriza muitas cidades brasileiras. Trata-se da ocupação informal de áreas urbanas por populações que, historicamente, foram marginalizadas pelo Estado e pelo mercado imobiliário.

Como aponta Rolnik (1997), essa informalidade não é aleatória, mas uma resposta legítima à ausência de políticas públicas de habitação, à desigualdade socioeconômica e à lógica especulativa que domina o planejamento urbano.

Com o crescimento acelerado das cidades, especialmente a partir da década de 1950, milhões de pessoas migraram do campo para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. No entanto, a infraestrutura urbana não acompanhou esse crescimento populacional. Sem acesso à moradia formal, essas populações passaram a ocupar terrenos vazios, encostas de morros e áreas de risco ambiental, dando origem às favelas.

Valladares (2005) observa que a favela foi construída como uma categoria social e espacial associada à pobreza, à informalidade e à marginalidade urbana, reforçando estigmas que dificultam sua integração plena à cidade.

Do ponto de vista geográfico, a favelização revela a segregação socioespacial das cidades. As favelas geralmente se localizam em áreas periféricas, distantes dos centros econômicos, ou em locais de difícil acesso e vulneráveis a desastres naturais. Essa distribuição espacial reforça a exclusão social, dificultando o acesso a serviços básicos como saúde, educação, transporte e saneamento. Milton Santos (1987) destaca que a cidade é simultaneamente o lugar da realização e da negação da cidadania, evidenciando as contradições do espaço urbano brasileiro.

De acordo com estudo do IPEA (2002), o crescimento das favelas nas cidades brasileiras entre 1980 e 2000 foi mais intenso do que o crescimento populacional geral. O processo de favelização se concentrou nas periferias urbanas, revelando que cidades com maior desigualdade de renda tendem a apresentar maior número de favelas.

Além disso, o processo de favelização é marcado pela autoconstrução das moradias, muitas vezes sem qualquer assistência técnica ou planejamento. Essa prática, embora precária, demonstra a capacidade de organização e resistência das comunidades, que criam redes de solidariedade e formas próprias de gestão do território.

A Geografia Urbana permite compreender esse processo como uma produção desigual do espaço, onde o território é disputado entre interesses privados, políticas públicas e necessidades populares.

A favelização, portanto, não é apenas um problema social, mas uma expressão concreta das contradições do modelo de desenvolvimento urbano vigente.

CARACTERÍSTICAS DAS FAVELAS

Com relação à sua localização, as favelas geralmente se desenvolvem em áreas periféricas e de difícil acesso, como encostas de morros, margens de rios e terrenos não valorizados pelo mercado imobiliário. Essa ocupação territorial está diretamente

ligada à ausência de políticas públicas de habitação e à segregação socioespacial que empurra populações de baixa renda para fora dos centros urbanos.

Carolina Maria de Jesus, em sua obra *Quarto de Despejo*, retrata a favela como um espaço marcado pela escassez, mas também pela solidariedade e pela luta cotidiana. A autora descreve com sensibilidade a realidade dos moradores, revelando que, mesmo diante da pobreza extrema, há dignidade e resistência nas relações sociais estabelecidas nesses territórios (JESUS, 1960).

Grande parte das favelas apresenta deficiências em serviços básicos como saneamento, abastecimento de água, coleta de lixo, energia elétrica e transporte público. A informalidade na construção das moradias dificulta o acesso a esses serviços, agravando os problemas de saúde pública e qualidade de vida.

As moradias são, em sua maioria, construídas pelos próprios moradores, sem assistência técnica ou planejamento urbano. Essa autoconstrução revela a criatividade e a resiliência das comunidades, mas também resulta em construções irregulares e vulneráveis a desastres naturais, como deslizamentos e enchentes. A atividade econômica nas favelas é marcada pela informalidade.

Muitos moradores trabalham como autônomos, vendedores ambulantes ou prestadores de serviços locais. Essa economia paralela é essencial para a sobrevivência das famílias, mas também evidencia a exclusão do mercado formal de trabalho.

Apesar das dificuldades, as favelas são espaços ricos em cultura, identidade e resistência. Manifestações artísticas como o funk, o rap, o samba e o grafite são expressões da vivência nesses territórios.

Além disso, movimentos sociais e organizações comunitárias atuam na defesa de direitos e na melhoria das condições de vida. As favelas são frequentemente alvo de estigmatização por parte da sociedade e da mídia, que as associam à violência e à criminalidade. Essa visão distorcida contribui para a marginalização dos moradores e dificulta a implementação de políticas públicas eficazes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de entender como surgiram as favelas nas cidades brasileiras, considerando os aspectos históricos, sociais e espaciais. Para isso, foram reunidas ideias e reflexões de autores que se dedicaram a estudar a cidade e suas desigualdades, como Carolina de Jesus, Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey, Raquel Rolnik e Valladares.

Cada um desses pensadores contribui com uma visão única: Milton Santos nos ajuda a enxergar o espaço urbano como resultado das relações sociais; Lefebvre

propõe que todos têm o direito de viver e transformar a cidade; Harvey aprofunda esse debate ao criticar a lógica do mercado na organização urbana; Rolnik denuncia a ausência de políticas públicas de habitação; e Valladares analisa como o termo “favela” carrega estigmas históricos.

As fontes utilizadas foram buscadas em plataformas acadêmicas como o Google Acadêmico, Periódicos Capes e bibliotecas digitais. Ao longo do texto, foram incluídas citações diretas e indiretas para dar suporte às análises e garantir que o conteúdo esteja bem fundamentado. Caracterizando assim a metodologia qualitativa.

Essa abordagem permite compreender as favelas não apenas como espaços de carência, mas também como territórios vivos, cheios de história, cultura e resistência. E, acima de tudo, reforça a importância de pensar em cidades mais justas, onde todos tenham voz e lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que o surgimento das favelas no Brasil não é fruto do acaso ou da desordem urbana, mas sim consequência direta de um modelo de urbanização excludente, marcado pela ausência de políticas públicas de habitação e pela lógica especulativa do mercado imobiliário.

A cidade, como nos mostram autores como Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey, Raquel Rolnik e Valladares, é um espaço social carregado de contradições onde se revelam tanto os direitos quanto as negações da cidadania.

As favelas são territórios de resistência, cultura e pertencimento. São espaços que expressam a luta cotidiana de milhões de brasileiros por moradia, dignidade e inclusão. Reconhecer isso é essencial para romper com estigmas históricos e construir uma visão mais justa e humana da cidade.

A Geografia Urbana, ao oferecer ferramentas para analisar o território, a paisagem e as redes sociais que compõem o espaço urbano, contribui para ampliar esse olhar.

Mais do que entender a favela como problema, é preciso enxergá-la como parte legítima do tecido urbano e, sobretudo, como ponto de partida para pensar políticas públicas que promovam o direito à cidade para todos.

As políticas públicas devem ser pensadas em todos os parâmetros de forma que gerem a inclusão social em todos os níveis. Trazendo políticas que tragam acesso a moradia digna, a segurança, a saneamento básico, educação, saúde.

Com a geração das favelas, esses direitos e outros direitos básicos foram suprimidos de uma grande parcela da população, uma vez que essas pessoas ficam fora da área urbana, onde os recursos públicos são acessíveis com maior facilidade.

REFERÊNCIAS

DA CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

GOOGLE. Google Tradutor. Disponível em: <https://translate.google.com/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora N-1, 2012.

IPEA. Favelas e dinâmica das cidades brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2_29.pdf. Acesso em: 31 ago. 2025

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 1960.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela: do mito de origem ao favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.